CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0182/75

INTERESSADOS : ARIIVALDO DEZZA e outros

ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem da Escola SENAI de Ribeirão Preto

RELATOR : Consº. João Baptista Salles da Silva

PARECER Nº 8 8 7 / 7 5 , CPG, Aprov. em 26/fevereiro/75

Com. ao Pleno

em 1 9 / 0 3 / 7 5

(Proc. CEE nº 0182/75)

I - RELATÓRIO1 - HISTÓRICO

1.1 Ariovaldo Dezza, Aristides José Muscari, Claudécir Fernandes Farnes, Clésio Antônio Mendes, Elias Januário da Silva, Ismael Vieira de Medeiros, João Batista da Costa, Jorge Antônio da Silva, José Carlos Scaranello, José Leonardo Rodrigues, José Manoel Lopes Junqueira, José Roberto Bastos, José Wilson Nascimento, Luiz Carlos de Tolvo, Marcos Ferreira Tostes, Oscar Hodi Yuata, Sérgio Antônio Pacheco, Valdelir Alberto Gimenes, Valter Gervásio e Walter Luiz Cavaleiro, com identificação (filiação, local e data de nascimento) e residência indicadas nos respectivos requerimentos tendo concluído Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI de Ribeirão Preto, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular:

1.2 É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1 curso primário, com a duração mínima de quatro séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionam em seus requerimentos:

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 3 (três) ou 4 (quatro) "graus" (conforme consta do quadro seguinte), realizado na Escola SENAI de Ribeirão Preto

Nº	Nomes	Duração "graus"	Data da Conclusão
1	Ariovaldo Dezza	4	20/12/66
2	Aristides José Muscari	4	21/12/73
3	Claudécir Fernandes Farnes	4	28/06/74
4	Clésio Antônio Mendes	4	30/06/70
5	Elias Januário da Silva	4	30/06/67
6	Ismael Vieira de Medeiros	4	21/06/73
7	João Batista da Costa	4	21/12/72
8	Jorge Antônio da Silva	3	20/12/67
9	José Carlos Scaranello	4	20/12/67

Nº	Nomes	Duração "graus"	Data da conclusão
10	José Leonardo Rodrigues	4	21/12/72
11	José Manoel Lopes Junqueira	4	21/06/71
12	José Roberto Bastos	4	21/12/72
13	José Wilson Nascimento	4	21/06/73
14	Luiz Carlos de Tolvo	4	21/12/66
15	Marcos Ferreira Tostes	4	21/06/73
16	Oscar Hodi Yuata	4	21/06/72
17	Sérgio Antônio Pacheco	4	21/06/73
18	Valdelir Alberto Gimenes	4	21/06/73
19	Valter Gervásio	4	30/06/66
20	Walter Luiz Cavaleiro	4	20/12/72

1.2.3 Os alunos das referências 2, 3, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18 e 20, estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Educação Física e Prática Profissional.

1.2.4 Os alunos das referências 1, 5, 8, 9, 14, 19, estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.5 Todos os interessados receberam Certificado de Aprendizagem das especialidades que estudaram nas datas mencionadas no quadro anterior.

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº 19/65.

PROCESSO CEE- N° 182/75

PARECER CEE-N° 8 8 7 / 7 5

PROCESSO CEE N° 0182/75

PARECER

N°

887/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino do 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Coral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de três ou quatro "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três ou quatro "termos", ou ainda, de três ou quatro "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do Artigo 1º, Deliberação CEE - nº 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries-720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE-nº 8/71.

2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto voto no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados pelos interessados no curso de aprendizagem industrial ministrado na Escola SENAI de Ribeirão Preto, nos seguintes termos:

a) Aristides José Muscari, Clandecir Fernandes Farnes, Clésio Antônio Mendes, Ismael Vieira de Medeiros, João Batista da Costa, José Leonardo Rodrigues, José Manoel Lopes Junqueira, José Roberto Bastos, José Wilson Nascimento, Marcos Ferreira Tostes, Oscar Kodi Yuata, Sérgio Antônio Pacheco, Valdecir Alberto Cimenos e Walter Luiz Cavaleiro: equivalência a nível de conclusão da 8ª série do ensino de 1º grau, autorizando a matrícula na 1ª série do 2º grau. Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, os interessados deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral, em nível de 1º grau;

b) Jorge Antônio da Silva: equivalência ao nível de conclusão da 7ª série, podendo, portanto, matricular-se na 8ª série do ensino de 1º grau. A escola que acolher a matrícula do interessado deverá submetê-lo a processo de adaptação em Geografia do Brasil, História do Brasil, Geografia Geral, História Geral, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, caso tais disciplina não constem do currículo da 8ª série;

PROCESSO CEE Nº 0182/75

PARECER

Nº

887/75

c) Ariovaldo Dezza, Elias Januário da Silva, José Carlos Scaranello, Luiz Carlos Tolvo e Valter Gervásio: equivalência ao nível de conclusão da 8ª série do ensino de 1º grau autorizando-se suas matrículas na 1ª série do 2º grau. Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, os interessados deverão submeter-se a exames especiais de Geografia do Brasil, História do Brasil, Geografia Geral, História Geral, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, em nível de 1º grau.

São Paulo, 26 de fevereiro do 1975

a) Consº. João Baptista Salles da Silva

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1975

a) Consª. Maria de Lourdes M. Haidar

Presidente